

1 Contexto operacional

O objeto social da Vulcabraslazoleia S.A. (“Companhia”) compreende o investimento em outras sociedades, a comercialização e produção nos mercados internos e externos de produtos de vestuários, principalmente de artigos esportivos e calçados masculinos, femininos e profissionais, através de suas controladas diretas e indiretas:

- Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
- Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.;
- Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.;
- Globalcyr S.A. (situada no Uruguay);
- Vulcabraslazoleia Argentina S.A, situada na Argentina S.A.;
- Vulcabraslazoleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias:
 - Vulcabraslazoleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
 - Vulcabraslazoleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.;
 - Reiziger Participações Ltda.;

Assim como possui as seguintes distribuidoras no exterior: Azaléia USA Inc., Calçados Azaléia Colômbia Ltda. e Calçados Azaléia Peru S.A.; e

- Vulcabraslazoleia Sporting Goods Índia Private Limited.

As marcas administradas pelas sociedades compreendem:

- Marcas próprias: Azaléia, Dijean, Funny, Opanka, Olympikus e Vulcabras.
- Marcas de terceiros: Reebok.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas

da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas “lado-a-lado” em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2012.

2.2 Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as informações individuais e consolidadas, estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas de IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 14 - Classificação de propriedade para investimento

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 - Utilização de prejuízos fiscais
- Nota 22 - Provisões para contingências.

- Notas 15 e 16 - Principais premissas utilizadas para as projeções do fluxo de caixa descontado

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 *Reconhecimento de receita*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

3.2 *Conversão de saldos em moeda estrangeira*

A Administração da Companhia e suas controladas definiram que a moeda funcional, para as empresas localizadas no Brasil, é o real. A controlada direta Vulcabraslazaleia Argentina S.A. possui conversão da moeda corrente originária do seu país (moeda funcional), peso argentino, para o real. A controlada Globalcyr elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. A controlada Vulcabraslazaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui suas seguintes controladas diretas no exterior: Azaleia U.S.A. Inc., Calçados Azaleia de Colombia Ltda. e Azaleia Chile S.A. Calzados, que possuem conversão da moeda corrente originária de cada país (moeda funcional), dólar norte-americano, peso colombiano, peso chileno, respectivamente, para o real. A Calçados Azaléia Peru elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. A controlada Vulcabraslazaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui a controlada Vulcabraslazaleia Sporting Goods Índia Private Limited no exterior que elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano e também efetua sua conversão para o real.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluídas na consolidação da Companhia são preparadas utilizando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Vulcabraslazaleia S.A.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos nos outros resultados abrangentes. As atualizações da conta de investimentos decorrente da variação cambial são registradas no grupo

de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, os ajustes decorrentes da variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamentos, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia (Real) na data da transação, ou seja, na data que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou no estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

3.3 *Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa (provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis - Impairment)*

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente usando a taxa efetiva de juros quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros (ANBID) que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Quando aplicável, os ativos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra a receita operacional líquida no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. O ajuste a valor presente é calculado para o período entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de vencimento das duplicatas.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa (*valor recuperável dos recebíveis - impairment*) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia avalia os títulos individualmente levando em consideração o histórico de perda de cada cliente.

3.4 *Estoques*

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.5 Investimentos

Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajuste a avaliação patrimonial no patrimônio líquido, exceto quando estes investimentos na essência forem uma extensão das atividades da matriz no Brasil, situação em que a variação cambial é reconhecida no resultado.

3.6 Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é reconhecida ao método do custo. O custo de uma propriedade para investimento comprada compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível.

3.7 Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas decidiram pelo não registro do custo atribuído por entender que os bens estavam ao seu valor justo quando da aquisição da Vulcabraslazeia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., uma vez que os bens haviam sido reavaliados

anteriormente e, portanto, já tinham seus registros pelos valores justos. Da mesma forma a vida útil dos bens foi revista nos respectivos momentos. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 15. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

3.8 Ativo intangível

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia adquiriu cessões de direitos de imagem de várias agremiações e entidades esportivas, que permitem à Companhia comercializar produtos esportivos vinculados à estas marcas, tais como camisas de clube de futebol, tênis personalizados, dentre outros. O valor destes contratos é lançado na conta de ativo intangível e amortizado pelo prazo do contrato. Os royalties pagos sobre as vendas destes produtos são reconhecidos no resultado do exercício à medida que as vendas são realizadas. Com relação à premiações pagas por conquistas de títulos pagos a atletas, clubes e entidades esportivas, os mesmos são provisionados quando as metas são atingidas, em contrapartida do resultado do exercício.

Os gastos relacionados com patrocínios a atletas profissionais, que possuem contrato de exclusividade de uso das marcas administradas pela Companhia, são lançados ao resultado de acordo com o prazo de contrato. Os adiantamentos realizados para estes casos são lançados na conta de despesa antecipada.

ii. Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial ver Nota Explicativa nº 16. Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio foi incluído baseando-se em seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis.

iii. Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil das companhias investidas registradas por equivalência patrimonial.

iv. Amortização

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

3.9 Provisão para recuperação dos ativos de vida longa (Impairment)

Conforme determinações do CPC 01(R1), a Companhia analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente o ativo imobilizado e o intangível, na data de cada encerramento das demonstrações financeiras. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

3.10 Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros não-derivativos, os quais seriam as aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros, incluindo a recebíveis relativos a caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação, pelo valor justo por meio do resultado, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Os Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos a vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos, quando aplicáveis, como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo circulante.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

3.12 Subvenção governamental

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar. Enquanto não atendidos os requisitos previstos no CPC 07 (R1) para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo (ou como conta redutora do ativo).

3.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia e suas controladas adotaram o Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 assim como para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

3.14 *Segmento de negócios*

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

3.15 *Aplicação de julgamentos, estimativas e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas*

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas. Tais estimativas e premissas relacionadas são baseadas em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados os fatos e circunstâncias. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As premissas chave das estimativas são revisadas de forma contínua. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada. As estimativas e premissas com risco de impacto material nos valores de ativos e passivos, dentro do próximo exercício, são discutidas a seguir:

a. *Impostos diferidos*

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros estimados. Os valores registrados envolvem considerável julgamento da Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo ou passivo fiscal diferido.

b. Teste de valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e os ativos não financeiros, tais como o imobilizado e o intangível, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

c. Provisões

As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25, quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

3.16 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado, propriedade para investimento, bens destinados a venda é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

3.17 Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração individual do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, aplicável às companhias abertas. A demonstração consolidada do valor adicionado não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada para possibilitar uma análise adicional.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	% Participação direta		% Participação indireta		% Participação total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Vulcabraslazaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	2,00	2,00	98,00	98,00	100,00	100,00
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabraslazaleia Argentina S.A.	4,41	4,41	95,59	95,59	100,00	100,00
Globalcyr S.A.	26,16	1,54	73,84	98,46	100,00	100,00
Vulcabraslazaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabraslazaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabraslazaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Azaleia U.S.A. Inc.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia de Colombia Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia Peru S.A.	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11
Azaleia Chile S.A. (*)	-	-	-	87,16	-	87,16
Reiziger Participações Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabraslazaleia Sporting Goods Índia Private Limited	-	-	100,00	-	100,00	-

(*) Em setembro de 2011 foi baixado o investimento na controlada Azaleia Chile S.A. devido à dissolução da empresa naquele País.

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em todas as sociedades consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Joint Operation no Brasil e na Argentina

A Vulcabraslazaleia S.A. e o Grupo adidas constituíram em 25 de março de 2008 uma “*Joint Operation*” para conduzir os negócios de distribuição de calçados, confecções e acessórios com a marca Reebok, tendo duração prevista até dezembro de 2015.

De acordo com os termos do contrato, Pedro Grendene Bartelle é o Presidente da sociedade, denominada Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda., que é administrada por um Conselho de Administração composto de executivos da adidas e da Vulcabraslazaleia S.A.

Nesta “*Joint Operation*” a Vulcabraslazaleia S.A. detém 0,01% de participação, enquanto que a adidas possui 99,99%, sendo que a participação da Companhia na Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda não é relevante para consolidação.

A controlada Vulcabraslazaleia Argentina S.A., que também tem os direitos exclusivos de distribuição dos produtos Reebok na Argentina, constituiu uma “*Joint Operation*” em 2 de junho de 2008, denominada Reebok Argentina S.A. para a distribuição dos produtos naquele mercado, basicamente nos mesmos termos do contrato brasileiro.

Nesta “*Joint Operation*” a Vulcabraslazaleia Argentina S.A. detém 0,01% de participação, enquanto que a adidas possui 99,99%, sendo que a participação da Companhia na Reebok Argentina S.A. não é relevante para consolidação.

a. Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação

Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é a Sociedade responsável pela produção e desenvolvimento de calçados, confecções da marca Reebok e Olympikus e botas de borracha e de PVC. Iniciou suas atividades com sede no município de Horizonte, Estado do Ceará, tendo como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação em geral de calçados e artigos esportivos.

Em decorrência da constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e a Vulcabraslazoleia S.A., no Brasil, em média 25% do total das vendas do exercício são realizadas para a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda e também com a constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e Vulcabraslazoleia Argentina S.A., na Argentina, 10% do total das vendas do exercício são para a Reebok Argentina S.A..

Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, com a marca Reebok e Olympikus. Iniciou suas atividades em 14 de junho de 2006, com sede na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

Em decorrência da constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e a Vulcabraslazoleia S.A. no Brasil, em média 52% das vendas do exercício são realizadas para a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda.

Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.

A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., foi constituída em 1º de setembro de 2010, com sede na cidade de Itapetinga, estado da Bahia. Seu objetivo é comercializar e distribuir, calçados e confecções com a marca Olympikus. Tendo iniciado suas atividades no terceiro trimestre de 2011 (vide Nota Explicativa 13 – Investimentos).

Vulcabraslazoleia Argentina S.A.

A Vulcabraslazoleia Argentina S.A. é responsável pela comercialização e distribuição varejista de calçados e confecções, com a marca Reebok e Olympikus no mercado argentino, tendo como principal fornecedor a sua controladora Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. Iniciou suas atividades com sede na cidade de Buenos Aires, na Argentina, e tem como objeto social o comércio e a distribuição de calçados.

Em abril de 2010, a Vulcabraslazoleia Argentina S.A. incorporou a Indular Manufacturas S.A. indústria argentina de calçados esportivos e de segurança, localizada na cidade de Coronel Suárez, Província de Buenos Aires, e que tem por objetivo primordial a produção de calçados da marca Reebok e Olympikus para atendimento do mercado argentino, bem como o abastecimento do Brasil com modelos que podem ser lá produzidos com vantagens logísticas e de custos sobre a produção brasileira.

Em decorrência da constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e a Vulcabraslazoleia Argentina S.A., na Argentina, em média 59% do total das vendas do exercício são realizadas para a Reebok Argentina S.A..

Globalcyr S.A.

A Globalcyr S.A. é responsável pela comercialização e distribuição varejista de calçados e confecções, com a marca Reebok no mercado uruguaio, tendo como principal fornecedor a Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. Iniciou suas atividades com sede na cidade de Montevideu, no Uruguai, e tem como objeto social o comércio e a distribuição de calçados. Atualmente esta Empresa encontra-se com as suas operações paralisadas, tendo somente despesas de manutenção de suas aeronaves.

Vulcabraslazoleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Em julho de 2007, a Vulcabraslazoleia S.A. através de sua controlada direta Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., com sede na cidade de Horizonte, adquiriu o controle acionário da Vulcabraslazoleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., indústria brasileira de calçados, localizada na cidade de Parobé, estado do Rio Grande do Sul, e tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados, artigos de vestuário, couros e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes, estes para o seu próprio consumo e venda a terceiros.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos do exercício das sociedades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as sociedades. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de resultado não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

c. Conciliação do resultado do exercício da controladora e consolidado

	2011	2010
Resultado líquido do exercício na controladora atribuível aos acionistas controladores	(315.997)	120.608
Efeito da baixa de ativo diferido	-	401
Resultado líquido do exercício no consolidado atribuível aos acionistas controladores	<u>(315.997)</u>	<u>121.009</u>

O Ativo diferido foi totalmente amortizado até o final do exercício findo em 31 de dezembro

de 2010, e, portanto, não resultando em efeito no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos conta movimento	8.853	18.720	59	24
CDBs pós-fixados	9.235	32.202	-	2.043
Outros disponíveis - Exterior	91	64	-	-
	<u>18.179</u>	<u>50.986</u>	<u>59</u>	<u>2.067</u>

Os valores de caixa e equivalente caixa garantem, substancialmente, liquidez imediata e estão classificadas como mantidos para negociação, ou seja, são classificadas como instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado. Caso haja uma necessidade de resgate pode haver variações mínimas nos rendimentos, onde as mesmas serão avaliadas a valor justo e por esta razão foram considerados como equivalentes de caixa.

Os valores aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) foram remunerados a taxas que variam entre 99,0% a 108,0% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e valores aplicados através de controladas no exterior, em moeda local, remunerados a taxa de 0,13% a.a.

Não existem recursos mantidos em caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para utilização da Companhia, assim como não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, esses saldos foram considerados para fins de demonstração de fluxo de caixa.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa 28.

6 Aplicações financeiras

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Aplicações financeiras no país:				
Fundos de investimentos - CDB	1	1	1	1
CDBs pós-fixados	9.110	-	-	-
Títulos de capitalização	2.210	1.204	-	-
Títulos disponíveis para venda - Ações	<u>1.049</u>	<u>1.132</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>12.370</u>	<u>2.337</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
Circulante	10.525	1.522	-	-
Não circulante	1.845	815	1	1

Os títulos disponíveis para venda referem-se a aplicações em ações, disponíveis para a venda e avaliados a valor justo, com efeito em outros resultados abrangentes. As quotas de fundos de

investimentos foram disponibilizadas pelos respectivos administradores e refletem o valor de mercado destes ativos financeiros. As ações foram valorizadas de acordo com a cotação da Bovespa, na data do balanço.

As Controladas têm a intenção e capacidade de manutenção dos títulos de capitalização até a data de vencimentos, razão pela qual foram classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, considerando que possui vários títulos com vencimentos diferentes, sendo R\$ 365 em 2011 (R\$ 389 em 2010) referentes a títulos de curto prazo mantidos até o vencimento. Os valores de não circulante referem-se a títulos de capitalização, sendo R\$ 1.845 em 2011 (R\$ 815 em 2010).

7 Contas a receber de clientes

a. Composição dos saldos

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Contas a receber				
No país:				
Partes relacionadas	33.565	97.490	-	-
Clientes	280.664	364.621	2.600	3.138
	314.229	462.111	2.600	3.138
No exterior:				
Partes relacionadas	24.582	4.615	-	-
Clientes	115.556	94.710	-	-
	140.138	99.325	-	-
Subtotal do contas a receber de clientes	454.367	561.436	2.600	3.138
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.739)	(20.320)	(2.600)	(3.138)
Total do contas a receber de clientes, líquido	435.628	541.116	-	-

b. Por vencimento

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
A vencer				
1 a 30 dias	153.478	151.386	-	-
31 a 60 dias	101.654	104.361	-	-
61 a 90 dias	85.864	197.850	-	-
Acima de 90 dias	90.958	90.032	-	-
	431.954	543.629	-	-
Vencidos				
1 a 30 dias	4.324	2.741	-	-
31 a 60 dias	1.024	628	-	-
61 a 90 dias	824	285	-	-
Acima de 90 dias	16.241	14.153	2.600	3.138
	22.413	17.807	2.600	3.138
	454.367	561.436	2.600	3.138

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 18.739 (R\$ 20.320 em 2010) que representa os títulos vencidos como demonstrado no quadro acima e a análise individualizada conforme mencionado no item (c) abaixo.

c. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

O critério adotado para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi baseado na análise individual do saldo de cada cliente, pois essa provisão deve ser feita para cobrir as perdas estimadas na cobrança do Contas a receber de clientes, constituídas em montantes julgados suficientes.

d. Movimentação da provisão (impairment)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, está demonstrada a seguir:

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	(20.320)	(21.090)	(3.138)	(3.218)
Recuperação de créditos / Créditos baixados	1.581	770	538	80
Saldo final	<u>(18.739)</u>	<u>(20.320)</u>	<u>(2.600)</u>	<u>(3.138)</u>

e. Concentração da carteira

	Consolidado - IFRS			
	2011		2010	
Cientes (partes não relacionadas)				
Maior cliente	13.777	3%	13.659	2%
2º a 11º maiores clientes	49.803	11%	53.468	10%
12º a 50º maiores clientes	42.884	9%	58.388	10%
Outros clientes	289.756	64%	333.816	60%
	396.220	87%	459.331	82%
Partes relacionadas	58.147	13%	102.105	18%
Total da carteira de clientes	<u>454.367</u>	<u>100%</u>	<u>561.436</u>	<u>100%</u>

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos circulantes e não circulantes. As contas a receber de curto prazo foram trazidas a valor presente em 31 de dezembro de 2011 com base na taxa ANBID e resultado dessa avaliação não apresenta diferenças significativas, face ao curto prazo médio de recebimento, em torno de 69 dias (85 dias em 2010) da maioria dos créditos da Companhia e de suas controladas. Por esta razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado, a exemplo do que ocorreu com as contas a pagar de curto prazo. A Administração avaliou como não relevante o efeito do ajuste a valor presente, não refletindo nas referidas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na Nota Explicativa 28.

8 Estoques

	Consolidado - IFRS	
	2011	2010
Produtos acabados	106.229	60.522
Produtos em elaboração	69.913	74.748
Matérias primas	48.931	41.084
Material de embalagem e almoxarifado	19.479	23.906
Mercadorias em trânsito	14.354	3.734
Importações em andamento	13.467	20.420
	<u>272.373</u>	<u>224.414</u>

a. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

As sociedades controladas, com base em análise histórica e estimativa de perdas, constituem provisão para obsolescência sobre os estoques sem movimentação há mais de 180 dias. Em 31 de dezembro de 2011, a provisão para perdas de produtos acabados é de R\$ 4.920 (R\$ 3.608 em 2010) e a provisão para perdas sobre as matérias-primas é de R\$ 17.943 (R\$ 20.176 em 2010).

O valor de matéria-prima, mão de obra e custos indiretos de fabricação utilizados na composição dos custos de produtos vendidos é de R\$ 1.319.889 (R\$ 1.351.390 em 2010).

b. Movimentação da provisão (impairment)

A movimentação da provisão para obsolescência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, está demonstrada a seguir:

	Consolidado - IFRS	
	2011	2010
Saldo inicial	(23.784)	(18.872)
Créditos provisionados	<u>921</u>	<u>(4.912)</u>
Saldo final	<u>(22.863)</u>	<u>(23.784)</u>

Estes montantes estão incluídos no valor total de reduções de valores e reversões acima apresentados pelos saldos líquidos de Estoques.

9 Impostos a recuperar correntes e diferidos

a. Impostos a recuperar correntes

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
ICMS	4.081	3.542	37	35
IPi	1.142	1.602	-	-
Imposto de renda e contribuição social - Antecipação	1.454	4.804	25	27
Imposto de renda e contribuição social - Mandado de segurança	84	83	-	-
PIS/COFINS	2.575	3.438	-	-
PROAPI/ PROCOMEX a recuperar	11.988	18.108	-	-
Créditos fiscais em outros países (*)	21.402	18.239	-	-
Finsocial	1.674	2.084	1.674	2.084
Outros	<u>631</u>	<u>68</u>	<u>403</u>	<u>-</u>
	<u>45.031</u>	<u>51.968</u>	<u>2.139</u>	<u>2.146</u>
Circulante	25.957	34.416	2.139	62
Não circulante	19.074	17.552	-	2.084

(*) Os Créditos fiscais em outros países referem-se a valores contabilizados na controlada Vulcabraslazoleia Argentina S.A., sendo originários dos “impuesto de las ganancias” e “IVA”, que serão compensados com resultados futuros, e estão classificados como circulante e não circulante.

b. Impostos a recuperar diferidos

Composição	Consolidado - IFRS	
	2011	2010
Imposto de renda diferido	44.544	16.251
Contribuição social diferida	<u>14.198</u>	<u>10.959</u>
Total - Não circulante	<u>58.742</u>	<u>27.210</u>
Impostos diferidos ativos	59.350	27.970
Impostos diferidos passivos	(608)	(760)

O ativo fiscal diferido, líquido de impostos diferidos passivos, no valor de R\$ 58.742 (R\$ 27.210 em 31 de dezembro de 2010), tem a seguinte origem:

	2011			2010
	Vulcabras	Azaleia	Consolidado	Consolidado
Saldo inicial das diferenças temporárias	-	(101)	(101)	15.904
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	7.240	32.499	39.739	3.125
Contribuição social diferida ativa sobre base negativa	<u>-</u>	<u>11.961</u>	<u>11.961</u>	<u>2.717</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício	7.240	44.460	51.700	5.842
Diferenças temporais no exercício				
Provisão para desconto de pontualidade	14	152	166	(121)
Provisão para comissões	147	1.131	1.278	1.312
Provisão para indenização a representantes	59	931	990	95
Provisão com créditos de liquidação duvidosa	143	1.153	1.296	755
Provisão ajuste a valor presente	-	-	-	2.048
Provisão para contingências	642	1.643	2.285	495
Reavaliação de imobilizado	-	101	101	-
Variações cambiais	-	(608)	(608)	(170)
Provisão para perdas no estoque	435	867	1.302	716
Outras provisões	-	333	333	334
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	<u>1.440</u>	<u>5.703</u>	<u>7.143</u>	<u>5.464</u>
Total	<u>8.680</u>	<u>50.062</u>	<u>58.742</u>	<u>27.210</u>

A Companhia tem alíquotas efetivas distintas em função dos efeitos dos incentivos fiscais sobre o lucro das controladas, nas quais: Vulcabraslazaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabraslazaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabraslazaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., gozando de incentivo fiscal de imposto de renda, conforme mencionado na nota explicativa nº 30. Além disso, a controladora não possui impostos diferidos devido ao seu resultado ser basicamente de equivalência (resultado decorrente de participação societária). Dessa forma, o consolidado não apresenta uma alíquota efetiva consistente para fins de apresentação.

O cálculo do imposto de renda diferido advém de uma projeção de resultados para apurar o imposto de renda e a contribuição social diferida sobre prejuízos fiscais e base negativa. Além disso, o imposto de renda diferido foi ajustado de acordo com as diferenças temporárias existentes na Companhia (consolidado).

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e da realização das diferenças temporárias.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 19 de março de 2012, as controladas, Vulcabraslazaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabraslazaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabraslazaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais até o exercício de 2021.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2011. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. As premissas são revisadas anualmente por ocasião dos balanços e as respectivas estimativas ajustadas, quando aplicáveis.

c. Prejuízos fiscais a compensar

A Companhia e suas controladas Vulcabraslazeia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabraslazeia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabraslazeia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., Reiziger Participações Ltda. e Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. possuem incentivos fiscais relevantes o que reduz significativamente a capacidade de compensação de eventuais créditos de imposto de renda e contribuições sociais diferidas. A Administração está monitorando periodicamente as renovações dos incentivos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a controladora e suas controladas possuíam prejuízos fiscais a compensar e bases negativas de contribuição social, sobre os seguintes valores-base:

2011									
	Vulcabrasla zaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabra slazaléia S.A	Vulcabras Distribuid ora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabrasl azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabrasl azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabrasl azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Reiziger Particip ações Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Total
Prejuízos fiscais apurados	115.841	126.275	16.208	149.502	335.048	53.649	38.959	670	<u>836.152</u>
Base negativa de contribuição social	597.366	128.403	16.208	181.359	335.303	53.746	38.959	670	<u>1.352.014</u>
2010									
	Vulcabrasl azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabrasl azaleia S.A	Vulcabras Distribuid ora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabraslaz aleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabraslaz aleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabrasla zaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Reiziger Particip ações Ltda.		Total
Prejuízos fiscais apurados	1.258	121.731	1.869	134.346	67.647	18.476	21.466		<u>366.793</u>
Base negativa de contribuição social	373.155	113.736	1.869	165.260	67.901	18.574	21.466		<u>761.961</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

10 Despesas antecipadas

	<u>Consolidado - IFRS</u>		<u>Controladora – BRGAAP</u>	
	2011	2010	2011	2010
Seguros	331	418	-	-
Publicidade e propaganda (a)	44.720	61.646	-	-
Eventos promocionais	1.732	1.326	-	-
Clubes de futebol (b)	6.696	1.167	-	-
Outras	515	3.343	-	1.300
	<u>53.994</u>	<u>67.900</u>	<u>-</u>	<u>1.300</u>
Circulante	53.994	66.733	-	1.300
Não circulante	-	1.167	-	-

a. *Publicidade e propaganda*

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo corresponde à despesa antecipada da controlada Vulcabraslazaleia BA Calçados e Artigos Esportivos S.A. no montante de R\$ 44.720 referente à mídia em televisão na emissora Rede Globo, pelo patrocínio da marca Olympikus. Essas despesas antecipadas serão integralmente amortizadas durante o exercício de 2012 em função da veiculação de mídia.

b. *Clubes de futebol*

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo corresponde à despesa antecipada da controlada Vulcabraslazaleia CE Calçados e Artigos Esportivos S.A. no montante de R\$ 6.696 referente à construção do museu do Clube de Regatas Flamengo, essas despesas antecipadas serão amortizadas com os royalties gerados nas vendas das lojas do Flamengo até o fim do contrato em 2014.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com seus administradores, suas controladoras e *Joint Operation* no Brasil e na Argentina.

Na Companhia e suas controladoras, os contratos de mútuo não possuem vencimento pré-determinado e são atualizados por taxa DI-CETIP.

a. Transações com partes relacionadas

As transações entre a controladora e controladas, que são eliminadas para fins de consolidação, foram realizadas em condições usuais de mercado, assim representadas:

	Controladora com suas controladas				2011	2010
	Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabraslazoleia RS Consolidado	Globalcyr	Reebok Produtos Esportivos Ltda.		
Ativo						
Partes relacionadas	-	-	1.341	694	2.035	1.815
Passivo						
Partes relacionadas	58.435	17.683	-	-	76.118	46.173
					2011	2010
Resultado						
Outras despesas e receitas operacionais	2.400	-	-	-	2.400	2.400
Despesas financeiras, líquidas	(3.856)	(1.847)	161	58	(5.484)	(4.668)
Parte relacionada	Principal natureza das transações					
Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Mútuos e aluguel					
Vulcabraslazoleia RS Consolidado	Mútuos					
Globalcyr	Mútuos					
Reebok Produtos Esportivos Ltda.	Empréstimos					

b. Garantias

A Grendene S.A. figura como garantidora em alguns contratos de financiamentos firmados pela Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., a qual é controlada por acionista da Grendene S.A. Em 31 de dezembro de 2011 totalizam R\$ 0 (R\$ 13.085 em 2010).

c. Operações entre sociedades controladas

Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas

A controlada Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com as suas controladas operações de compra, venda e mútuos financeiros destinados à cobrir necessidades temporárias de caixa, sobre os quais incidiram encargos relativos à variação do CDI, sendo os saldos assim compostos:

Controlada Vulcabraslazaleia CE com suas controladas						
	Vulcabraslazaleia RS	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabraslazaleia Argentina S.A.	Globalcyr	2011	2010
Ativo						
Contas a receber	4.473	-	12.724	-	17.197	6.592
Outros créditos	12.795	-	-	-	12.795	-
Mútuos a receber	73.143	3.206	-	2.641	78.990	12.076
Passivo						
Contas a pagar	5.014	-	-	-	5.014	1.755
Mútuos a pagar	1.091	-	-	-	1.091	132.337
					2011	2010
Resultado						
Vendas diversas -						
Operações mercantis	9.550	-	23.280	-	32.830	22.119
Compras diversos -						
Operações mercantis	40.708	-	-	-	40.708	25.206
Despesas financeiras, líquidas	908	253	-	738	1.899	(9.173)
Parte relacionada	Principal natureza das transações					
Vulcabraslazaleia RS	Operações mercantis de venda de calçados e confecções e mútuos					
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda	Mútuos					
Globalcyr	Mútuos					
Vulcabraslazaleia Argentina S.A	Operações mercantis de venda de calçados e confecções					

Controladas e Joint operation ()*

	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabraslazaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	2011	2010
Ativo				
Contas a receber	8.175	49.972	58.147	102.105
Partes relacionadas	-	13.404	13.404	12.284
			2011	2010
Resultado				
Receita bruta de vendas	28.030	272.917	300.947	450.864
Receita de juros de mútuo	-	1.120	1.120	3.080
Parte relacionada	Principal natureza das transações			
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda	Operações mercantis de venda de calçados e confecções			
Vulcabraslazaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Operações mercantis de venda de calçados e confecções e mútuos			

(*) Essas transações não são eliminadas na consolidação e, portanto estão compondo os saldos apresentados no consolidado. Correspondem às transações das controladas com a *Joint Operation*, Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda e Reebok Argentina S.A.

A Vulcabraslazaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. produz e vende os calçados e confecções da marca Reebok para as sociedades:

- Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda., *Joint Operation* formada pela Vulcabraslazaleia S.A. e a adidas International B.V., que participam respectivamente em 0,01% e 99,99%.

Em 31 de dezembro de 2011, estava representado por um saldo a receber de R\$ 25.390 (R\$ 72.006 em 2010). A receita desses produtos vendidos representava, em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 193.327 (R\$ 328.926 em 2010); e

- Reebok Argentina S.A., *Joint Operation* formada pela Vulcabraslazoleia Argentina S.A. e a Adidas International B.V., que participam respectivamente em 0,01% e 99,99%. Em 31 de dezembro de 2011, estava representado por um saldo a receber de R\$ 24.582 (R\$ 4.615 em 2010). A receita desses produtos vendidos representava em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 79.590 (R\$ 76.966 em 2010).
- A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. vende calçados e confecções importadas da marca Reebok para a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda., que em 31 de dezembro de 2011, estava representado por um saldo a receber de R\$ 8.175 (R\$ 25.484 em 2010). A receita desses produtos vendidos representava em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 28.030 (R\$ 44.972 em 2010).

Controladas e outras partes relacionadas

As controladas mantêm contrato de transporte de seus produtos acabados e matéria-prima com as Transportadoras Rodojun Ltda. e Aerojun Transportes Ltda., (de propriedade de um gerente da Companhia) que em 31 de dezembro de 2011, estavam representados por um saldo a pagar de R\$ 3.819 (R\$ 656 em 2010). As despesas de fretes pagos a Rodojun Ltda. e Aerojun Transportes Ltda. representaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 40.303 (R\$ 30.102 em 2010).

As controladas mantêm contrato de assessoria de marketing com a DCSNET S.A., cujo principal acionista tem parentesco de primeiro grau com um gerente da Companhia, que em 31 de dezembro de 2011, estavam representados por um saldo a pagar de R\$ 0 (R\$ 8.908 em 2010). As despesas de assessoria de marketing pagas a DCSNET S.A. representaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 59.123 (R\$ 79.626 em 2010).

Vulcabraslazoleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e suas controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada Vulcabraslazoleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. manteve com as suas controladas operações de compra e venda, sendo os saldos assim compostos:

Vulcabraslazoleia RS e suas controladas								
	Calçados Azaleia de Colombia Ltda.	Vulcabraslazoleia Sporting Goods Índia Private Limited	Vulcabraslazoleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda	Vulcabraslazoleia BA, Calçados e Artigos Esportivos Ltda	Reiziger Partic. Ltda	Calçados Azaleia Peru S.A.	2011	2010
Ativo								
Contas a receber de clientes	72	2.389	11.102	32.219	-	-	45.782	7.369
Mútuos a receber	-	-	-	-	15.240	-	15.240	7.218
Passivo								
Mútuos a pagar	-	-	-	98.902	-	-	98.902	54.187
Contas a pagar	-	-	502	3.731	-	-	4.233	1.898
Resultado							2011	2010
Vendas diversas								
(operações mercantis)	567	33	15.006	38.793	-	320	54.719	57.468
Compras diversas	-	-	1.473	6.770	-	-	8.243	17.776
Vendas imobilizado	-	1.975	1.271	4.145	-	-	7.391	3.420
Compras imobilizado	-	-	667	2.323	-	-	2.990	4.619
Parte relacionada	Principal natureza das transações							
Azaleia Colombia	Operações mercantis de venda de calçados e confecções							
Vulcabraslazoleia Sporting Goods Índia Private Limited	Operações mercantis de matéria-prima e imobilizado							
Vulcabraslazoleia SE	Operações mercantis de venda de calçados e confecções e imobilizado							
Vulcabraslazoleia BA	Operações mercantis de venda de calçados e confecções e imobilizado							
Reiziger	Mútuos							
Azaleia Peru	Operações mercantis de venda de calçados e confecções							

d. Preço de transferência

A Companhia e suas controladas analisam anualmente o preço de transferência, principalmente nas operações entre as controladas Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabraslazoleia Argentina S.A. e Globalcyr S.A., localizadas no Brasil, Argentina e Uruguai, respectivamente. Nesta análise foram considerados os seguintes principais aspectos:

- A controlada brasileira, Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. não efetua importações de partes relacionadas;
- A controlada brasileira, Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., utiliza preço médio de venda praticado no mercado interno, líquido dos impostos e despesas com venda, comparando o mesmo com o preço praticado no mercado externo;
- A controlada brasileira, Vulcabraslazoleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e suas controladas utilizam preço médio de venda praticado no mercado interno, líquido dos impostos e despesas com venda, comparando o mesmo com o preço praticado no mercado externo;
- Após a comparação das receitas de exportação com as vendas internas no mercado nacional, verificou-se que os preços praticados no mercado externo não representam menos que 90% dos preços praticados no mercado interno, dessa forma estas controladas foram dispensadas de arbitrar a receita reconhecida, de acordo com a Lei nº 9.430/96, e com alterações pela Lei nº 11.196/2005.

e. Remuneração da Administração

Em 25 de abril de 2011, o Conselho de Administração da Companhia em Assembléia Geral Ordinária, fixou em até R\$ 14.000, a remuneração global anual dos Administradores, que será rateada em posterior deliberação do Conselho da Administração. Em 31 de dezembro de 2011 o montante pago no exercício, referente à remuneração de seus Administradores, é de R\$ 6.773 (R\$ 7.316 em 2010).

Os diretores da Companhia não mantém nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

12 Bens destinados à venda

	Consolidado - IFRS	
	2011	2010
Bens destinados à venda	<u>2.006</u>	<u>2.006</u>

A controlada Vulcabraslazeia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui bens destinados à venda, que não estão alugados, classificados no ativo não circulante. Estes bens estão à disposição de uma imobiliária da região com venda prevista no exercício de 2012.

Descrição dos bens

- a.** Área urbana, localizada na Rua Alfredo Nunes, 331, Fazenda Pires em Parobé-RS, com 10.384,20 m², com dois pavilhões industriais edificadas, sendo um com 4.534,48 m² de área construída e pé direito 7,00m, com 23 anos de construção e outro com aproximadamente 2.300,00 m² e pé direito 5,00m. Área toda cercada e murada, com portões e guaritas. Valor contábil residual R\$ 1.637;
- b.** Prédio comercial/industrial, localizada na Rua Vera Cruz, 270, Centro em Parobé-RS, com 2.109,49 m² de área construída, composta por dois pavilhões, subsolo, guarita, escritório, área de expedição, casa de força, em terreno de 1.419,00 m². Valor contábil residual R\$ 113;
- c.** Área com 142.836,33 m², localizada na Rua Mário Mossmann estendendo-se até imediações Altos do Guarujá, Parobé-RS, área com mata nativa e parte com eucaliptos. Valor contábil residual R\$ 155;
- d.** Área com 2.535 m², localizada na Rua Uruguai em Parobé-RS. Valor contábil residual R\$ 3;
- e.** Área com 8.412,61 m², localizada na Rua A, esquina com ruas B e C em Parobé-RS. Valor contábil residual R\$ 13;
- f.** Área urbana de 2.030 m², composta por cinco lotes de terreno, localizada no loteamento Brenner e Feiten em Parobé-RS, com 2.030 m². Valor contábil residual de R\$ 10;

- g. Área com 2.106,40 m², localizada na Rua Wenceslau Escobar em Parobé-RS. Sobre esta área encontra-se edificado um telheiro de madeira com 936m² de área construída, coberto com telhas metálicas. Valor contábil residual de R\$ 75.

Os bens da controlada antes de serem classificados como ativos mantidos para venda são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. A partir de então os bens classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda, e os mesmos não são depreciados nos termos do CPC 31. Os ativos da Companhia têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

13 Investimentos

a. Composição do saldo

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Participações societárias permanentes:				
Em controladas (d)	-	-	280.619	593.860
Em coligadas	24.118	22.355	-	-
Outros investimentos	281	314	1	1
	<u>24.399</u>	<u>22.669</u>	<u>280.620</u>	<u>593.861</u>

A controlada Vulcabraslazaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem participação de 25% na coligada PARS Participações Ltda., que por sua vez detém 62,49% na Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. Este investimento não é consolidado nas demonstrações financeiras, nos termos do CPC 36 (R2).

b. Movimentação dos investimentos

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Saldos iniciais	22.669	20.180	593.861	519.226
Equivalência patrimonial (*)	2.723	3.156	(308.495)	89.401
Aumento de capital em investida	-	-	1.293	118.447
Recebimento de dividendos	(958)	(667)	(6.039)	(147.052)
Lucros não realizados	-	-	-	14.061
Baixa do investimento na controlada Azaleia Chile S.A. (**)	(35)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(222)
Saldos finais	<u>24.399</u>	<u>22.669</u>	<u>280.620</u>	<u>593.861</u>

(*) Corresponde ao valor de equivalência patrimonial líquido do efeito da variação cambial de suas controladas no exterior, contabilizado diretamente no patrimônio líquido da controladora, como consequência, não afeta a equivalência patrimonial registrada no resultado. Além disso, temos a contabilização no resultado do passivo a descoberto (Equivalência) da Vulcabraslazaleia Argentina S.A. que não compõe a equivalência registrada no Ativo - Investimentos.

(**)Em setembro de 2011 foi baixado o investimento na controlada Azaleia Chile S.A. devido à dissolução da empresa naquele País.

c. Conciliação da equivalência patrimonial

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Equivalência patrimonial (resultado)	5.575	3.136	(307.975)	118.094
Passivo a descoberto de controladas no exterior (passivo)	-	20	(8)	(6.917)
Variação cambial - controladas no exterior e instrumentos financeiros avaliados a valor justo (patrimônio líquido)	-	-	(512)	1.012
Reversão passivo a descoberto controlada no exterior baixada do investimento	(2.852)	-	-	-
Lucros não realizados	-	-	-	(22.788)
Equivalência patrimonial, líquida (investimento)	2.723	3.156	(308.945)	89.401

d. Dados sobre participações diretas - Controladora

	Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.		Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.		Vulcabraslazoleia Argentina S.A.		Globalcyr S.A.		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Ativo total	1.100.595	1.300.638	26.497	44.813	195.770	149.529	4.096	5.808	-	-
Passivo total	820.346	707.466	13.144	23.159	196.035	143.084	3.651	7.144	-	-
Capital social	553.283	462.182	10.000	10.000	4.348	4.123	1.056	1.146	-	-
Receita líquida	629.924	761.387	44.548	58.567	204.419	177.049	-	-	-	-
Resultado do exercício	(307.232)	123.713	(8.300)	4.187	(4.919)	504	(1.694)	(2.527)	-	-
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	54.308	40.388	10.000	10.000	9.778	18.428	647	10	-	-
Patrimônio líquido	280.249	593.172	13.353	21.654	(265)	6.445	445	(1.336)	-	-
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,99%	99,99%	2,00%	2,00%	4,41%	4,41%	26,16%	1,54%	-	-
Participação societária permanente em controladas	280.235	593.143	267	433	-	284	117	-	280.619	593.860
Provisão para passivo descoberto de controlada	-	-	-	-	(12)	-	-	(21)	(12)	(21)
Resultado de equivalência patrimonial	(307.520)	112.472	(166)	84	823	248	(1.112)	5.290	(307.975)	118.094

e. Dados sobre as participações indiretas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia possui participação indireta nas sociedades a seguir relacionadas, através de suas controladas Vulcabraslazaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabraslazaleia Argentina S.A.:

Vulcabraslazaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

2011	Vulcabraslazaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabraslaz Argentina S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A
Ativo total	553.053	195.770	26.497	4.096
Passivo total	279.758	196.035	13.144	3.651
Capital social	266.000	4.348	10.000	1.056
Patrimônio líquido	273.295	(265)	13.353	445
Resultado do exercício	(225.873)	(4.919)	(8.300)	(1.694)
Participação no capital social	100,00%	95,59%	98,00%	73,84%

2010	Vulcabraslazaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabraslaz Argentina S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A
Ativo total	747.770	149.529	44.813	5.808
Passivo total	207.043	143.084	23.159	7.144
Capital social	266.000	4.123	10.000	1.146
Patrimônio líquido	540.727	6.445	21.654	(1.336)
Resultado do exercício	51.474	504	4.187	(2.527)
Participação no capital social	100,00%	95,59%	98,00%	98,46%

Vulcabraslazaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

2011	Vulcabraslazaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabraslazaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Reiziger Participações Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda	PARS Participações Ltda.	Vulcabraslazaleia Sporting Goods Índia Private Limited(*)	Calzados Azaleia de Colombia Ltda.	Azaleia U.S.A. Inc.	Calzados Azaleia Peru S.A.
Ativo total	600.090	141.601	12.074	4.814	96.472	7.449	9.961	3.586	16.125
Passivo total	298.847	112.056	24.332	5.689	1	3.927	5.321	12	3.462
Capital social	454.575	14.750	3.000	10	36.116	4.614	841	19.385	1.072
Patrimônio líquido	301.243	29.545	(12.258)	(875)	96.471	3.522	4.640	3.574	12.663
Resultado do exercício	(182.813)	(20.980)	(13.516)	(885)	10.863	(898)	41	(48)	2.917
Participação no capital social	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	25,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%

(*) Participação indireta.

2010	Vulcabraslazaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabraslazaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Reiziger Participações Ltda.	Azaleia Chile S.A.	Calzados Azaleia de Colômbia Ltda.	Azaleia U.S.A. Inc.	Calzados Azaleia Peru S.A.	PARS Participações Ltda.
Ativo total	661.328	123.442	11.000	89.413	2.400	7.457	3.233	9.631
Passivo total	177.261	72.716	9.743	1	5.425	3.274	12	1.217
Capital social	383.032	14.750	3.000	36.116	10	841	19.385	1.072
Patrimônio líquido ajustado	484.067	50.726	1.257	89.412	(3.025)	4.183	3.221	8.414
Resultado do exercício	75.307	(1.110)	(5.263)	10.680	146	632	(59)	2.957
Participação no capital social	99,99%	100,00%	100,00%	25,00%	87,16%	99,99%	100,00%	99,11%

14 Propriedade para investimento

a. Composição da conta

	Taxa média de depreciação % a.a.	Consolidado - IFRS	
		2011	2010
Imóvel		5.031	4.985
Depreciação (*)	4	<u>(1.152)</u>	<u>(953)</u>
Total		<u>3.879</u>	<u>4.032</u>

(*) A depreciação é calculada pelo método linear a taxa média anual de 4%, registrada em contrapartida da rubrica de despesas administrativas.

b. Movimentação do custo

	Consolidado - IFRS		
	2011		
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Imóvel	<u>4.985</u>	<u>46</u>	<u>5.031</u>
	<u>4.985</u>	<u>46</u>	<u>5.031</u>

A Companhia possui um bem imóvel substancialmente destinado à aluguel na localidade de Jundiaí - São Paulo, com 40.994,00 m² de área construída e área comum, e seu respectivo terreno medindo 111.547,00 m² classificados como propriedades para investimento, e foram reclassificados para o não-circulante, no grupo de investimentos. O imóvel está avaliado pelo método de custo e o valor de mercado conforme avaliação por empresas especializadas é de R\$ 75.000 (R\$ 75.000 em 2010).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o imóvel auferiu receita de aluguel no montante de R\$ 4.423 (R\$ 4.066 em 2010) - Nota Explicativa n° 27, registrado em outras receitas operacionais, líquidas - Receita de Aluguel. As cláusulas quarta, sétima e oitava do contrato de aluguel contemplam obrigações de manutenção e reparo na estrutura do imóvel por parte da Companhia, onde esse montante é rateado proporcional a área alugada. A área alugada para terceiros é de aproximadamente 11.690,94 m² (11.767,22 m² em 2010). Os custos decorrentes de manutenção e desgastes naturais são de responsabilidade das locatárias. A Companhia não efetuou mudanças estruturais no imóvel nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Os bens da Companhia são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção e sua depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas descritas nas tabelas. Os ativos da Companhia têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

15 Imobilizado

a. Composição da conta

		Controladora - BRGAAP			
		2011			2010
	Taxa média de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	9.209	(9.209)	-	90
Moldes	100	125	(125)	-	-
Móveis e utensílios	10	1.549	(1.545)	4	4
Veículos	20	169	(169)	-	-
Equipamentos de computação	20	1.808	(1.808)	-	1
Terrenos	-	159	-	159	159
Benfeitorias em bens de terceiros	20	89	(89)	-	-
Instalações industriais	10	5.342	(3.745)	1.597	1.755
		<u>18.450</u>	<u>(16.690)</u>	<u>1.760</u>	<u>2.009</u>

		Consolidado - IFRS			
		2011			2010
	Taxa média de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	2 a 4	131.916	(53.321)	78.595	63.774
Máquinas e equipamentos	10	367.830	(211.125)	156.705	155.414
Moldes	100	204.100	(157.559)	46.541	36.174
Móveis e utensílios	10 a 20	23.662	(13.899)	9.763	10.193
Veículos	20	2.220	(1.968)	252	379
Equipamentos de computação	20 a 25	20.017	(15.417)	4.600	4.534
Terrenos	-	5.091	-	5.091	5.474
Obras em andamento	-	2.019	-	2.019	25.161
Instalações industriais	10	44.335	(24.732)	19.603	19.284
Moldes em andamento	-	-	-	-	101
Máquinas e equipamentos andamento	-	-	-	-	2.788
Benfeitorias em bens de terceiros	10 a 20	636	(556)	80	128
Importações em andamento	-	563	-	563	-
Adiantamentos de fornecedores	-	1.439	-	1.439	1.576
Aeronave	10	4.689	(703)	3.986	3.749
Outros	10 a 20	9.143	(4.871)	4.272	5.911
		<u>817.660</u>	<u>(484.151)</u>	<u>333.509</u>	<u>334.640</u>

b. Movimentação do custo

Controladora - BRGAAP					
	2010	2011			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final	
Máquinas e equipamentos	9.297	-	(88)	9.209	
Moldes	125	-	-	125	
Móveis e utensílios	1.549	-	-	1.549	
Veículos	169	-	-	169	
Equipamentos de computação	1.808	-	-	1.808	
Terrenos	159	-	-	159	
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	89	
Instalações industriais	5.334	8	-	5.342	
	18.530	8	(88)	18.450	
Consolidado - IFRS					
	2010	2011			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	114.429	1.578	(5.950)	21.859	131.916
Máquinas e equipamentos	348.731	29.287	(14.760)	4.572	367.830
Moldes	142.886	61.580	(469)	103	204.100
Móveis e utensílios	22.469	1.706	(439)	(74)	23.662
Veículos	2.179	80	(39)	-	2.220
Equipamentos de computação	18.705	2.090	(786)	8	20.017
Terrenos	5.474	116	(499)	-	5.091
Obras em andamento	25.161	3.641	(1.665)	(25.118)	2.019
Instalações industriais	41.170	817	(154)	2.502	44.335
Moldes em andamento	101	3	-	(104)	-
Máquinas e equipamentos em andamento	2.788	1.589	-	(4.377)	-
Benfeitorias em bens de terceiros	605	79	(48)	-	636
Importações em andamento	-	9.276	(8.678)	(35)	563
Adiantamentos de fornecedores	1.576	1.385	(1.522)	-	1.439
Aeronave	4.166	733	(210)	-	4.689
Outros	9.707	655	(1.883)	664	9.143
	740.147	114.615	(37.102)	-	817.660

A Companhia não possui itens no seu ativo imobilizado que estejam ociosos.

Os ativos totalmente depreciados no montante de R\$ 300.087, são representados basicamente por moldes e máquinas e equipamentos.

Os juros de empréstimos e financiamentos não foram capitalizados no custo do ativo imobilizado em andamento, dado que os principais contratos estão relacionados a aquisições de máquinas e equipamentos colocados em funcionamento imediato bem como as construções e obras em andamento são financiadas com recursos próprios da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas alienaram R\$ 2.987 de ativo imobilizado que não afetaram caixa e equivalente caixa, e, portanto, não refletindo na demonstração do fluxo de caixa, em contra partida de outros créditos no ativo circulante e não circulante.

A Companhia possui alguns bens que foram dados como garantia de financiamentos - Vide detalhes Nota Explicativa nº 17.

c. Provisão para redução no valor recuperável

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2011 e 2010, a Companhia e suas controladas não identificaram a existência de indicadores que determinados ativos poderiam estar abaixo do valor recuperável. A avaliação dos ativos da Companhia e de suas controladas são efetuadas periodicamente pelo setor de engenharia do produto, o qual avalia possíveis descartes de equipamentos ou até mesmo reposição quando necessário.

A Companhia e suas controladas possuem seus principais ativos fixos, entre os quais maquinários e instalações industriais avaliados por um prazo de vida útil de 10 anos, caracterizando o uso contínuo de todo maquinário. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da utilização do equipamento no processo produtivo, falta de peças de reposição após esse período e ou sua substituição em busca de avanço tecnológico e aumento de produção.

A Companhia e suas controladas prezam pela aquisição de novas tecnologias, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que representar ganho operacional.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*) pela Administração, foi o resultado de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidades geradoras de caixa.

16 Intangível

a. Composição da conta

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Vida útil definida				
Software	25.129	24.136	-	-
Cessão de direito	68.055	65.182	-	-
Amortização acumulada - Software	(18.024)	(15.895)	-	-
Amortização acumulada - Cessão de direito	(44.474)	(34.264)	-	-
	<u>30.686</u>	<u>39.159</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Vida útil indefinida				
Marcas e patentes	1.588	1.228	102	94
Ágio (d)	199.848	199.848	-	-
	<u>201.436</u>	<u>201.076</u>	<u>102</u>	<u>94</u>
	<u>232.122</u>	<u>240.235</u>	<u>102</u>	<u>94</u>

A amortização mensal dos ativos intangíveis é registrada em contrapartida do resultado no grupo de custos das vendas (Software industrial) e despesas de vendas (Cessão de direitos).

b. Movimentação do custo

Consolidado - IFRS						
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Saldo em 2011
Vida útil definida						
Software	10 anos	Linear	24.136	1.126	(133)	25.129
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	65.182	7.852	(4.979)	68.055
Vida útil indefinida						
Marcas e patentes	Indefinida	-	1.228	681	(321)	1.588
Ágio (deságio), líquido	-	-	199.848	-	-	199.848
Total			290.394	9.659	(5.433)	294.620

c. Cessão de direito

Referem-se a contratos de licenciamento de marca e simbologia na confecção, bem como venda de produtos com fornecimento de materiais esportivos, com propaganda e outras avenças celebrados com os clubes de futebol, assinados originalmente nos exercícios de 2005, 2006 e 2009, pelo prazo mínimo de 12 a 48 meses, respectivamente, com os times São Paulo Futebol Clube, Cruzeiro Esporte Clube e Clube de Regatas Flamengo. Esses contratos são aditados na medida em que ocorrem seus vencimentos e a Companhia possui preferência nas negociações, com isso a controlada Vulcabraslazeia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabraslazeia RS Calçados e Artigos Esportivos S.A. obrigaram-se ao:

- c.1** Pagamento de percentual das vendas de réplicas dos uniformes a título de royalties com garantia de mínimos anuais;
- c.2** Fornecimento aos clubes de determinadas quantidades anuais de peças dos produtos licenciados para divulgação da marca Reebok e Olympikus, dentro dos padrões de qualidade, com nome do patrocinador institucional e dentro das Normas Consolidadas do Futebol Brasileiro editadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF);
- c.3** Pagamento de prêmios por conquistas de campeonatos regionais, nacionais e internacionais; e
- c.4** Pagamento de determinadas verbas anuais de marketing.

A cessão de direito se caracteriza pela divulgação da marca com exclusividade pelos respectivos clubes e CBV (Comitê Brasileiro de Vôlei). A Companhia avalia periodicamente o retorno de cada contrato.

d. Ágio na combinação de negócio

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas; em 2009, deixaram de ser amortizados por serem ativos de vida útil indefinida, conforme deliberação nº 553/08 da CVM e CPC01 (R1), e são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade.

A avaliação do ágio quanto a sua recuperabilidade foi efetuada na data de transição utilizando as plantas industriais como unidades geradoras de caixa, onde podemos identificar o retorno do investimento validando assim as projeções de resultados de cada unidade e verificando se existe a necessidade de constituir uma provisão para perda ao final do período. A Companhia efetuou os testes de recuperabilidade identificando que não houve necessidade de provisão.

Com base nas unidades geradoras de caixas e plantas industriais projetamos os resultados para saber quanto teríamos de receita e resultado ao longo de cinco anos, verificando que o crescimento dos resultados suporta o ágio registrado, como tratamos de um mesmo negócio utilizamos a mesma taxa de crescimento ANBID (10,9%).

e. Pesquisa e desenvolvimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou no resultado na rubrica “custo dos produtos vendidos” o montante de R\$ 44.128 (R\$ 61.897 em 2010), que se refere à pesquisa e desenvolvimento.

17 Financiamentos e empréstimos

a. Composição da conta

				Consolidado - IFRS	
	Indexadores	Juros	Vencimentos	2011	2010
Em moeda nacional					
Itaú BBA - Exim	Taxa Fixa	7% a.a.	2011	-	118.845
BNDES Software	TJLP	2,78% a.a.	2011	-	361
HSBC/ Santander - Finames	TJLP	0,9% a.a.	2012	600	1.778
BNB - Nota de crédito à Exportação	Taxa Fixa	10% a.a. (25% de bônus adimplência)	2012	18.008	31.367
HSBC/Safra/Itaú BBA – Cédula de Credito Bancário	CDI	116,35% a 132,0% do CDI	2012	192.362	-
Bradesco – Conta Garantida	CDI	100,0% CDI + 0,17%a.m.	2012	357	-
Finep - Cédula de Crédito Industrial	TJLP	5,0% a.a. (5% fator de equalização)	2012	6.160	12.319
HSBC - BNDES Automático	TJLP	2,2% a	2012	382	1.092
BNDES PEC	TJLP	4,50% a.a.	2012	38.750	77.500
Bradesco - Nota de Crédito à Exportação	CDI	129,0% do CDI	2013	70.974	-
BNDES PSI - Inovação	TJLP	1,40% a 4,0% a.a.	2014 a 2015	13.611	6.533
BNDES PSI - Inovação	Taxa Fixa	4,5% a.a.	2015	26.435	10.020
Votorantim/ Itaú BBA/Banco do Brasil - Finames	Taxa Fixa	Juros fixos de 4,50% a 5,50% a.a.	2015 a 2016	6.399	5.072
Caixa Econômica Federal – Nota de Crédito a Exportação	CDI	115,0% do CDI	2016	200.660	-
BNB - Cédula de Crédito Industrial	Taxa Fixa	10% a.a. (25% de bônus de adimplência)	2016 a 2019	49.668	54.748
BNDES Revitaliza Reestruturação	TJLP	4,61% a.a.	2018	247.344	283.555
Finep – Propaganda Inova Brasil	TJLP	5,0% a.a (equalização TJLP 0,25% a.a.)	2018	26.703	29.229
FINEP - PSI/Finep	Taxa Fixa	4,0% a.a.	2019	22.612	-
Subtotal moeda nacional				921.025	632.419
Em moeda estrangeira					
BNDES Software	Cesta de moedas	2,28% a.a.	2011	-	134
Empréstimo em Pesos - Argentina	Taxa Fixa	Juros fixos de 17,02% a 30,0% a.a.	2012	109.791	88.634
HSBC - BNDES Automático	Cesta de moedas	1,7% a.a.	2012	46	117
Bradesco/HSBC - Financiamento de Importação	Líbor	Spread de 1,25% a 3,80% a.a.	2012	10.192	-
Bradesco/Itaú BBA/ HSBC - Pré -pagamento exportação	Líbor	Spread de 2,25% a 3,25% a.a. ou Taxa Fixa de 5,50% a 5,55% a.a.	2012 a 2013	25.637	22.893
Subtotal moeda estrangeira				145.666	111.778
Total de empréstimos				1.066.691	744.197
Circulante				454.945	364.749
Não circulante				611.746	379.448

Em 31 de dezembro de 2011, existem linhas de créditos que foram disponibilizados e ainda não foram utilizados no montante de R\$ 15.006 para a controlada Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e R\$ 22.056 para a controlada Vulcabraslazoleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Os montantes classificados no grupo passivo não circulante têm a seguinte composição:

	Consolidado - IFRS	
Vencimentos	2011	2010
2012	-	111.251
2013	154.788	57.128
2014	69.515	56.043
2015	62.807	53.238
2016	253.456	47.500
Após 2016	71.180	54.288
Total	611.746	379.448

b. Avais e garantias

Em garantia dos financiamentos foram oferecidas notas promissórias avalizadas, alienação fiduciária de bens, caução de duplicatas e hipoteca do prédio industrial da Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e avais fornecidos pela Grendene S.A. junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, não existindo remuneração sobre estas garantias. Os financiamentos contratados em Pesos Argentinos, pela subsidiária naquele país - Vulcabraslazoleia Argentina S.A. - estão garantidos por avais da controlada Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e do acionista controlador.

Apresentamos a seguir o detalhamento dos avais e garantias:

Instituição	Modalidade	Finalidade	Aval	Garantia
BNB	Nota de Crédito à Exportação	Financiamento à Exportação	Aval da Vulcabraslazoleia S/A e da Vulcabraslazoleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	---
BNB	Cédula de Crédito Industrial	Ampliação da Capacidade Produtiva	Aval da Vulcabraslazoleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. na Vulcabraslazoleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Hipoteca de 8º grau, alienação fiduciária e penhor de máquinas e equipamentos na Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Hipoteca de 1º grau e alienação fiduciária na Vulcabraslazoleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.
HSBC	BNDES Automático	Ampliação da Capacidade Produtiva	Aval Vulcabraslazoleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Nota promissória e Alienação fiduciária
Itaú BBA/	FINAMES	Aquisição de	Aval Vulcabraslazoleia S.A. ou	Alienação fiduciária e

Instituição	Modalidade	Finalidade	Aval	Garantia
Votorantim/ HSBC/ Banco do Brasil		Máquinas e Equipamentos	Vulcabraslazeia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Nota promissória
BNDES	PSI/ Inovação	Pesquisa e Desenvolvimento	---	Fiança bancária - Itaú BBA
BNDES	PEC	Capital de Giro	---	Fiança bancária - HSBC
BNDES	Revitaliza Reestruturação	Aquisição da Vulcabraslazeia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Aval Pedro Grendene/ Interveniente Verona Negócios e Participações S.A. e Vulcabraslazeia S/A	Penhor de 59.108.541 ações ordinárias nominativas de emissão da Grendene S.A. de propriedade da Verona Negócios e Participações S.A.
FINEP	P & D	Pesquisa e Desenvolvimento	Aval da Vulcabraslazeia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Fiança bancária - Votorantim
Bradesco/ Itaú BBA/ HSBC	PPE - Pré Pagamento de Exportação	Financiamento á Exportação	Aval Vulcabraslazeia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabraslazeia S.A.	Nota promissória
Itaú/ BB Patagonia/ Santander/ BBVA Frances	Empréstimos e Pesos	Capital de Giro	Aval da Vulcabraslazeia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Fiança bancária/Standby
HSBC/Itaú BBA/Safrá	Cédula de Crédito Bancário	Capital de Giro	Aval Vulcabraslazeia S.A.	Cessão de duplicatas
HSBC/Bradesco	FINIMP	Financiamento de Importação	Aval Vulcabraslazeia S.A. e Vulcabraslazeia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Cessão de Duplicatas
Bradesco	PROVIN e PROAPI	Incentivo Fiscal	---	Garantia Fidejussória – Pedro Grendene e Nota Promissória
Bradesco	Conta Garantida	Capital de Giro	---	---
Caixa Econômica Federal e Bradesco	Nota de Crédito à Exportação	Financiamento à Exportação	Aval da Vulcabraslazeia S.A.	Cessão de Duplicatas

c. Cláusulas restritivas

Alguns financiamentos contratados, em especial os efetuados com o BNDES, BNB e FINEP, em suas diversas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação documental e física as aquisições de imobilizados, cumprir volumes de exportações, objetivos alçados em P&D. Essas cláusulas são controladas e vem sendo plenamente atendidas dentro dos prazos definidos nos contratos. A Companhia não tem conhecimento de outras cláusulas restritivas.

A Companhia e suas controladas não têm conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade ou que venha causar o não cumprimento das cláusulas restritivas.

d. Novos financiamentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as controladas captaram junto às instituições de crédito o montante de R\$ 673.017 e US\$ 5.414 mil, distribuídos da seguinte forma:

- FINAMES (Itaú BBA, Votorantim, Banco do Brasil) - R\$ 2.334, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos.
- BNDES PSI Inovação - R\$ 29.676, referentes ao Programa BNDES de Sustentação de Investimentos, Subprograma Inovação, com financiamento ao capital de giro associado ao projeto de investimento e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais.
- BNB Exportação - R\$ 17.000, referentes ao Programa Nordeste Exportação.
- BNB Investimento - R\$ 15.421, destinados à ampliação da capacidade produtiva.
- FINEP - R\$ 22.586, destinados à inovação tecnológica.
- Nota de Crédito à Exportação (Caixa Econômica Federal e Bradesco) - R\$ 270.000, destina-se a amparar a produção de bens exportáveis e viabilizar sua exportação.
- Cédula de Crédito Bancário (Bradesco, Alfa, HSBC, Itaú BBA e Safra) - R\$ 316.000, financiamento para Capital de Giro.
- FINIMP (Bradesco e HSBC) – US\$ 5.414 mil , financiamento de importação.

18 Financiamentos incentivados (Consolidado)

A controlada Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., situada no Estado do Ceará, goza de incentivos fiscais estaduais de financiamento para investimentos próprios de suas áreas de instalação e das atividades que desenvolvem.

Em 31 de dezembro de 2011, a conta de financiamentos incentivados na controlada Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. registra no passivo circulante e não circulante o montante de R\$ 4.143 (R\$ 5.018 em 2010), relativos à parcela de 1% a 25% a ser pago pelas controladas.

O saldo de 75% a 99% remanescente tem sido creditado, a partir de 1º de janeiro de 2008 ao resultado do exercício da controlada conforme descrito na Nota Explicativa nº 30.

Os financiamentos incentivados têm seus vencimentos assim programados:

	Consolidado - IFRS	
	2011	2010
Vencimentos		
2011	-	1.092
2012	405	382
2013	348	2.018
2014	1.221	471
2015	390	1.055
2016	628	-
2017	1.151	-
	<u>4.143</u>	<u>5.018</u>

Circulante	405	1.092
Não circulante	3.738	3.926

19 Fornecedores

a. Composição da conta

	Consolidado - IFRS		Controladora BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores				
No país				
Partes relacionadas	3.819	656	-	-
Diversos	51.972	116.618	151	555
	55.791	117.274	151	555
No exterior				
Diversos	33.421	5.750	-	-
	89.212	123.024	151	555

b. Por vencimento

	Consolidado - IFRS	
	2011	2010
A vencer		
1 a 30 dias	54.527	84.640
31 a 60 dias	33.561	38.014
61 a 90 dias	496	370
Mais de 90	628	-
Total	89.212	123.024

c. Concentração da carteira

	Consolidado - IFRS			
	2011		2010	
Fornecedores (partes não relacionadas)				
Maior fornecedor	5.131	6%	8.908	7%
2º a 11º maiores fornecedores	11.979	13%	17.343	14%
12º a 50º maiores fornecedores	15.091	17%	18.464	15%
Outros fornecedores	53.192	60%	77.653	63%
Total de fornecedores (partes não relacionadas)	85.393	96%	122.368	99%
Partes relacionadas	3.819	4%	656	1%
Total da carteira de fornecedor	89.212	100%	123.024	100%

Em atendimento a Deliberação nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável. Os Fornecedores de curto prazo foram trazidos a valor presente em 31 de dezembro de 2011 com base na taxa ANBID e como resultado dessa avaliação não apresenta diferenças significativas, face ao curto prazo médio de pagamento, em torno de 41 dias (42 dias em 2010) da maioria dos débitos da Companhia e de suas controladas. Por esta razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado.

20 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS - Lei nº 9.964/00), visando um sistema especial de parcelamento e pagamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes em 29 de fevereiro de 2000. Para liquidação dos valores correspondentes às multas e juros foram oferecidos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa de contribuição social.

Em outubro de 2009, a Companhia optou pela migração dos débitos incluídos no REFIS para o novo parcelamento concedido pela Lei nº 11.941/09. Esta migração foi homologada pela Receita Federal, sendo a consolidação efetivada em 30 de junho de 2011.

Além da Companhia, as seguintes controladas também aderiram ao parcelamento da lei nº 11.941/09: (i) Vulcabraslazeia - CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.; (ii) Vulcabraslazeia - RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.; (iii) Vulcabraslazeia - BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.; e (iv) Vulcabraslazeia - SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo a pagar do REFIS apresentou a seguinte movimentação:

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Saldos iniciais	2.812	3.220	2.812	3.220
Exclusão	(2.642)	-	(2.642)	-
Inclusão	6.506	-	2.270	-
Encargos TJLP, honorários, multas e juros	245	-	102	-
Amortizações	(3.178)	(408)	(578)	(408)
Saldos finais	<u>3.743</u>	<u>2.812</u>	<u>1.964</u>	<u>2.812</u>
Circulante	2.493	408	714	408
Não circulante	1.250	2.404	1.250	2.404

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), será realizado nos seguintes prazos:

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Vencimentos				
2011	-	408	-	408
2012	2.375	408	681	408
Após 2012	<u>1.368</u>	<u>1.996</u>	<u>1.283</u>	<u>1.996</u>
Total	<u>3.743</u>	<u>2.812</u>	<u>1.964</u>	<u>2.812</u>

21 Provisão para indenizações (Consolidado)

A rubrica intitulada “Provisão para indenizações” cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 no passivo não circulante é de R\$ 14.661 (R\$ 14.846 em 2010), corresponde a provisão com base em estimativa do valor a pagar com indenizações a representantes, que poderão resultar em desembolso futuro de caixa, quando da rescisão de contrato. Os valores das indenizações foram calculados em 1/12 avos sobre as comissões pagas aos representantes até 31 de dezembro de 2008, sendo o saldo atualizado pelo índice IGP-M, refletindo valores presentes da obrigação.

A Companhia mudou sua prática e está efetuando os pagamentos desde janeiro de 2009, mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia realizou pagamentos nos montantes de R\$ 684 (R\$ 0 em 2010), a título de indenização. Entretanto manteve a provisão em função de risco de exercícios anteriores. Os efeitos da provisão para indenização são registrados em contrapartida do resultado na rubrica despesas com vendas.

22 Provisão para contingências

A Companhia e as suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis dentre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo os critérios de reconhecimento das provisões estabelecido pela Deliberação CVM nº489/05 e CPC 25, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária a divulgação de uma contingência passiva.

A análise das demandas judiciais pendentes com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e classificou como circulante e não circulantes, como se segue:

a. Composição dos saldos

	Controladora - BRGAAP			
	2011			2010
	Provisão bruta (registrada)	Depósitos judiciais (*) (compensados)	Provisão líquida	Líquido
Cíveis	540	131	409	638
Trabalhistas	2.213	1.277	936	1.508
Tributárias	205	67	138	195
Total	2.958	1.475	1.483	2.341
Circulante	1.345	-	1.345	2.051
Não circulante	1.613	1.475	138	290

(*) Correspondem a valores de depósitos judiciais diretamente relacionados a demandas passivas registradas como provisão.

Consolidado - IFRS						
	2011					2010
	Provisão bruta (registrada)	Depósitos judiciais (**) (compensados)	Provisão líquida	Depósitos judiciais (*) (não compensados)	Líquido	Líquido
Cíveis	1.297	132	1.165	46	1.119	1.323
Trabalhistas	24.878	7.653	17.225	10.841	6.384	10.328
Tributárias	13.609	12.621	988	1.533	(545)	440
	<u>39.784</u>	<u>20.406</u>	<u>19.378</u>	<u>12.420</u>	<u>6.958</u>	<u>12.091</u>
Circulante	34.357	19.813	14.544	-	14.544	3.453
Não circulante	5.427	593	4.834	12.420	7.586	8.638

(*) Correspondem a valores de depósitos judiciais não relacionados a demandas passivas.

(**) Correspondem a valores de depósitos judiciais diretamente relacionados a demandas passivas registradas como provisão.

b. Ações trabalhistas (consolidado)

A totalidade das ações trabalhistas da Companhia e suas controladas constituem um montante de R\$ 63.915 (R\$ 59.775 em 2010), para as quais a Companhia e suas controladas mantêm depositadas judicialmente o valor de R\$ 18.494 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 19.601 em 2010). Foi constituída uma provisão para as causas prováveis no montante de R\$ 6.384 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 10.328 em 2010) visto que o depósito foi efetuado em montante superior ao valor da demanda. Esta classificação foi adotada em virtude de não haver a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra desfecho favorável da questão, substancialmente representados por verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas pagaram R\$ 20.668, referentes a ações trabalhistas.

c. Ações cíveis (consolidado)

Diversas ações cíveis resultam num montante de R\$ 18.427 (R\$ 25.949 em 2010), com grande parte pleiteando danos morais e materiais. Com base na opinião dos consultores jurídicos, a Administração decidiu por constituir provisão somente para as ações classificadas como perdas prováveis, no montante de R\$ 1.119 (R\$ 1.323 em 2010).

d. Ações tributárias (consolidado)

Referem-se a discussão judicial pela Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. de PIS, COFINS, Imposto de Importação e IOF com apólices da dívida pública, para os quais foram efetuados os depósitos judiciais, nos anos de 2000 e 2001 através de processo da 15ª Vara Federal SP, e também por autuações estaduais e federais da Vulcabraslazoleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. que se encontram em julgamento no STJ e STF, no montante de R\$ (545) (R\$ 440 em 2010), registrados líquidos dos depósitos judiciais efetuados. Esta classificação foi adotada em

virtude de não haver a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para as controladas.

e. Movimentação dos processos no período

Natureza	Controladora - BRGAAP			
	2010	2011		
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Cíveis	638	271	(500)	409
Trabalhistas	1.508	670	(1.242)	936
Tributárias	195	75	(132)	138
	<u>2.341</u>	<u>1.016</u>	<u>(1.874)</u>	<u>1.483</u>

Natureza	Consolidado - IFRS			
	2010	2011		
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Cíveis	1.323	562	(766)	1.119
Trabalhistas	10.328	16.724	(20.668)	6.384
Tributárias	440	737	(1.722)	(545)
	<u>12.091</u>	<u>18.023</u>	<u>(23.156)</u>	<u>6.958</u>

23 Patrimônio líquido (Controladora)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 280.000.000 (280.000.000 em 31 de dezembro de 2010) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 280.000.000 (280.000.000 em 31 de dezembro de 2010) ações ordinárias, a composição acionária está assim demonstrada:

Acionistas	Controladora - BRGAAP			
	2011		2010	
	Ações ordinárias	Total de ações	Ações ordinárias	Total de ações
Gold Negócios e Participações Ltda.	149.796.072	149.796.072	149.796.072	149.796.072
Gianpega Negócios e Participações S.A.	88.625.984	88.625.984	88.625.984	88.625.984
Pedro Grendene Bartelle	15.125.376	15.125.376	15.125.376	15.125.376
Outros	26.452.568	26.452.568	26.452.568	26.452.568
	<u>280.000.000</u>	<u>280.000.000</u>	<u>280.000.000</u>	<u>280.000.000</u>

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possui ações preferenciais emitidas e ações potenciais em circulação que possam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41.

A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

b. Reservas

- ***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia utilizou R\$ 24.948 para compensação de prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo de reserva legal é de R\$ 0. (R\$ 24.948 em 2010).

- ***Reserva de reavaliação***

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, de suas controladas, a Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e a Vulcabraslazoleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A., com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 16.647. (R\$ 17.983 em 2010).

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. Conforme alteração e facultado pela Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter as reservas de reavaliação até sua completa realização.

- ***Reserva de lucros***

Reserva de lucros a realizar

Conforme art. 197 da Lei 6.404/76 foi constituída a reserva de lucros a realizar, correspondentes aos lucros originados dos resultados em suas controladas. A companhia utilizou R\$ 285.551 para compensação de prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo de reserva de lucros a realizar é de R\$ 0 (R\$ 285.551 em 2010).

Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui:

Alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável e Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo de Ajuste de avaliação patrimonial é negativo em R\$ 8.179 (R\$ 7.667 em 2010).

24 Resultado por ação

Resultado básico por ação

O resultado básico por ação foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e as respectivas quantidades de ações ordinárias nestes períodos, conforme o quadro abaixo:

	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	
	2011	2010
Resultado atribuível aos acionistas	(315.997)	120.608
Quantidade de ações ao final do período	280.000.000	280.000.000
Resultado por ação básico (lote de mil) - R\$	(1,13)	0,43

Resultado diluído por ação

Sobre o resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os resultados por ação diluídos foram calculados conforme seguem:

	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	
	2011	2010
Resultado atribuível aos acionistas	(315.997)	120.608
Quantidade de ações ao final do período	280.000.000	280.000.000
Resultado por ação diluído (lote de mil) - R\$	(1,13)	0,43

Não houve transações nos trimestres que pudessem alterar os resultados básicos e diluídos.

25 Receita operacional

A receita operacional bruta atingiu R\$ 1.684.078 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, o que representou uma redução de 20,5%, perfazendo R\$ 481.381, comparados aos R\$ 2.345.459 no exercício social findo em 2010, representando o resultado de único segmento operacional que engloba a produção e comercialização de calçados esportivos, confecções esportivas, calçados femininos, chinelos e botas para uso profissional.

Os impostos sobre as vendas atingiram R\$ 210.345 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, representou uma redução de 20,0%, perfazendo R\$ 52.571, comparados aos R\$ 262.916 no exercício social findo em 2010.

As devoluções e abatimentos atingiram R\$ 124.536 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, o que representou uma redução de 3,8%, perfazendo R\$ 4.874, comparados aos R\$ 129.410 no exercício social findo em 2010, representando devoluções de vendas efetivas, decorrentes de mudanças nas especificações do produto, pedidos de vendas ou por deliberação dos clientes.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício.

	Consolidado - IFRS	
	2011	2010
Receita operacional bruta		
Venda e revenda de produtos		
Mercado interno	1.488.111	2.001.964
Mercado externo	373.015	341.154
Serviços prestados	2.952	2.341
	<u>1.864.078</u>	<u>2.345.459</u>
Deduções		
Impostos sobre as vendas e serviços	(210.345)	(262.916)
Devoluções e abatimentos	(124.536)	(129.410)
	<u>(334.881)</u>	<u>(392.326)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>1.529.197</u></u>	<u><u>1.953.133</u></u>

26 Resultado financeiro

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras				
Juros	(86.591)	(58.750)	(5.810)	(5.906)
Juros e comissões de debêntures	-	(866)	-	(866)
Variações monetárias passivas	(700)	(2.624)	(2)	-
Variações cambiais passivas	(5.961)	(9.132)	(203)	(255)
Desconto de pontualidade	(3.035)	(1.050)	-	-
Descontos concedidos	(8.126)	(9.033)	-	-
Tarifas bancárias	(10.161)	(6.699)	(6)	(26)
Realização do efeito do ajuste a valor presente	-	(1.575)	-	-
Outros	(16.460)	(13.335)	(10)	(45)
	<u>(131.034)</u>	<u>(103.064)</u>	<u>(6.031)</u>	<u>(7.098)</u>
Receitas financeiras				
Juros	8.607	8.157	1.414	1.203
Variações monetárias ativas	1.345	830	-	-
Variações cambiais ativas	7.597	6.372	349	160
Receita de aplicações	2.124	3.938	116	135
Descontos obtidos	992	292	-	-
Realização do efeito do ajuste a valor presente	-	3.668	-	-
Outros	596	2.848	1	1
	<u>21.261</u>	<u>26.105</u>	<u>1.880</u>	<u>1.499</u>
	<u><u>(109.773)</u></u>	<u><u>(76.959)</u></u>	<u><u>(4.151)</u></u>	<u><u>(5.599)</u></u>

27 Outras receitas operacionais, líquidas

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Receita de aluguel	2.023	1.666	4.423	4.066
Reembolso de despesas	18.152	13.378	-	2
Reversão de contingências	-	22.247	-	7.139
Provisão para perdas, contingências e indenizações	(16.209)	(3.926)	(62)	(6)
Venda de sucata	324	390	-	-
Lucro (prejuízo) na venda de ativo fixo	6.971	(144)	-	-
Outros	(3.911)	2.445	505	3.437
	<u>7.350</u>	<u>36.056</u>	<u>4.866</u>	<u>14.638</u>

Os reembolsos de despesas decorrem principalmente de infra-estrutura administrativa gerada para atender as empresas na Argentina Saddle Calzados S.A. e Reebok Argentina S.A. e também reembolsos de impostos com a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda.

28 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão identificados a seguir:

		Consolidado - IFRS			
		2011		2010	
Descrição	Classificação	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	18.179	18.179	50.986	50.986
Aplicações financeiras	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado	12.370	12.370	2.337	2.337
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	435.628	435.628	541.116	541.116
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	27.162	27.162	24.852	24.852
Partes relacionadas - Ativo	Empréstimos e recebíveis	14.098	14.098	12.920	12.920
Empréstimos e financiamentos:					
Em moeda nacional	Passivo financeiro não derivativo	921.025	921.025	632.419	632.419
Em moeda estrangeira	Passivo financeiro não derivativo	145.666	145.666	111.778	111.778
Fornecedores	Passivo financeiro não derivativo	89.212	89.212	123.024	123.024

Os valores justos dos instrumentos financeiros foram obtidos por meio de informações das respectivas instituições financeiras independentes.

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justo (fair value)

Aplicações financeiras

Para as aplicações financeiras o valor justo contra o resultado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações. As aplicações possuem remuneração baseada em percentual do DI - CETIP e estão atualizados na data de 31 de dezembro de 2011.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos é calculado na data de 31 de dezembro de 2011 pelo valor contratual, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamento. Ao comparar os modelos de operações de empréstimos e financiamentos, onde as principais operações são com o BNDES, Banco do Nordeste do Brasil - BNB e FINEP encontramos atualmente taxas de juros aplicáveis a esses instrumentos idênticas aos contratos que estão firmados, considerando o objetivo do financiamento, prazos e garantias que são oferecidas.

Desta forma a Administração considera que não há diferenças entre o saldo contábil e o valor justo desses empréstimos e financiamentos.

Fornecedores

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Limitações

O valor justo dos instrumentos foi estimado na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Níveis de valor justo

Descrição	Consolidado - IFRS		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	<u>12.370</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
(a) Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;			
(b) Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);			
(c) Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).			

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), dos vencimentos dos títulos e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco) (Nota explicativa 7).

Aproximadamente 19,2% (em 2010: 19,6 %) da receita bruta da Companhia é atribuída a operações de venda com a *Joint Operation* no Brasil e Argentina. Entretanto,

geograficamente, não há concentração de risco de crédito.

A Companhia e suas controladas possuem ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 18.739 (R\$ 20.320 em 2010) representativos de 4% do saldo de contas a receber em aberto (4 % em 2010), para fazer face ao risco de crédito (Nota Explicativa nº 7a).

A Companhia opera no mercado financeiro através de instituições de crédito de primeira linha, Bancos Estadais ou Agencias Governamentais de Fomento, fazendo com que o risco de crédito com as instituições financeiras seja muito baixo.

e. Risco de taxa de câmbio

i. Risco de preço

Considerando o risco de preço nas exportações que são equivalentes a 7,55 % da receita de suas controladas em 31 de dezembro de 2011 (7,64 % em 2010), a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá comprometer os resultados planejados pela Administração. A Companhia não tem a prática de utilizar nenhum instrumento financeiro específico para mitigar os riscos de preço. Entretanto, a Companhia tenta fazer uma política de hedge natural com ativos vinculados com risco de variação cambial.

ii. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o período em 31 de dezembro de 2011, com a variação positiva de 12,58% em relação à última cotação de 2010.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tentando manter hedge natural com a manutenção de ativos vinculados, suscetíveis também, à variação cambial. A Administração não contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

Moeda dólar (US\$000)	Consolidado - IFRS	
	2011	2010
Ativos em moeda estrangeira (a)	72.976	54.442
Passivos em moeda estrangeira (b)	(77.655)	(67.086)
Déficit apurado (a-b)	(4.679)	(12.644)

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles:

- (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia e suas controladas: cotação do dólar em R\$ 1,8758, em 31 de dezembro de 2011;
- (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando um aumento e redução de 25% na cotação do dólar, passando para R\$ 2,3448 e R\$ 1,4069, respectivamente;
- (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar utilizada no cenário provável é elevada e reduzida em 50%, passando a R\$ 2,8137 e 0,9379, respectivamente;

Quadro demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Câmbio - efeito resultado

Em 31 de dezembro de 2011:

Abaixo demonstramos a variação do *déficit* no valor US\$ 4.679 mil conforme os cenários demonstrados acima:

Variação positiva				
Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Despesa financeira	US\$ 4.679 mil	Câmbio de 1,8758	Câmbio de 2,3448	Câmbio de 2,8137
	Alta do US\$	-	(2.194)	(4.388)
Variação negativa				
Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário Remoto
Receita financeira	US\$ 4.679 mil	Câmbio de 1,8758	Câmbio de 1,4069	Câmbio de 0,9379
	Queda do US\$	-	2.194	4.388

f. Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e suas controladas não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamento, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia e suas controladas não contratam instrumento financeiro específicos para mitigar estes riscos.

Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa DI-Cetip sobre as aplicações financeiras e financiamentos atrelados a essa taxa, e da TJPL sobre parte de seus empréstimos e financiamentos que estão atrelados a essa taxa.

	Consolidado 2011
Ativos em CDI	9.235
Passivos em CDI	464.353
Passivos em TJPL	337.692

Para fins de atendimento à Deliberação no. 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo dois cenários de variação das Taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável que é o adotado pela Companhia e suas controladas, com DI-Cetip a taxa de 10,87% a.a. e TJLP a taxa de 6,0% a.a.; (ii) cenário possível, considerando um aumento e redução de 20% sobre as taxas, passando respectivamente, o DI-Cetip para 13,04% a.a. e 9,06% a.a. e a TJPL para 7,20% a.a. e 5,00% a.a.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para a data base em 31 de dezembro de 2011, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva

Transação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível
Empréstimos em TJLP	337.692	TJLP a 6,0%	TJLP a 5,0%
	Alteração na Taxa	0.00	(3.377)
Empréstimos em DI	464.353	DI a 10,87%	DI a 9,06%
	Alteração na Taxa	0.00	(8.405)
Aplicações em DI	9.235	DI a 10,87%	DI a 13,04%
	Alteração na Taxa	0.00	200

Variação negativa

Transação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível
Empréstimos em TJLP	337.692	TJLP a 6,0%	TJLP a 7,20%
	Alteração na Taxa	0.00	4.052
Empréstimos em DI	464.353	DI a 10,87%	DI a 13,04%
	Alteração na Taxa	0.00	10.076
Aplicações em DI	9.235	DI a 10,87%	DI a 9,06%
	Alteração na Taxa	0.00	(167)

g. Controles relacionados aos riscos

A Companhia visa controlar os riscos mediante a avaliação dos diversos riscos, considerando riscos de crédito das contrapartes, monitoramente do nível dos ativos frente aos passivos financeiros. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante o período e exercício divulgados.

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas em 31 de dezembro de 2011 são resumidos a seguir:

Objeto	Risco coberto	Valor de cobertura
Patrimonial	Incêndio, danos elétricos, vendaval, valores bens/mercadorias, equipamentos, lucros cessantes	110.000
Lucros cessantes	Despesas fixas (P.I. 3 meses)	60.000
D&O	Responsabilidade civil de executivos	20.000
RC Geral	Responsabilidade civil geral	2.000
Veículos leves	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	59.175
Veículos pesados	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	10.080
Transporte internacional - Exportação	Limite por embarque - Mercadorias	15.878
Transporte internacional - Importação	Limite por embarque - Mercadorias	5.627
Transporte nacional	Limite por embarque - Mercadorias	1.000
		<u>283.760</u>

30 Subvenções e assistência governamental

a. Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A controlada Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem incentivo de isenção e redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração para diferentes níveis de produção encerrando-se até o ano calendário de 2016. Este benefício é concedido às empresas instaladas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, que tenham direito a redução do valor do imposto conforme RIR/99, art. 546 a 561. A controlada Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. registrava este benefício diretamente no resultado a crédito de Imposto de renda. O montante do benefício fiscal, em 31 de dezembro de 2011, foi de R\$ 0 em função de resultado negativo (R\$ 911 em 2010).

b. Vulcabraslazoleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabraslazoleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

A controlada Vulcabraslazoleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. gozava de isenção do imposto de renda sobre o lucro da exploração até o exercício de 2007. A partir do exercício de 2008, a controlada passou a usufruir do incentivo de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos. A unidade de Itaporanga D'Ajuda da controlada Vulcabraslazoleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., localizada em Sergipe, gozava de incentivo de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração até o exercício de 2007. A partir do exercício de 2008 a empresa passou a usufruir do incentivo de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, em todas as suas unidades, até o limite anual de 5 milhões de pares produzidos, pelo prazo de 10 anos.

A partir de 1º de janeiro de 2008, com o advento da Lei nº. 11.638, o incentivo passou a ser reconhecido diretamente no resultado das controladas a crédito de imposto de renda, sendo reconhecido no resultado da controladora através da equivalência patrimonial, e classificado na demonstração de resultado consolidada como Imposto de renda. O montante do benefício fiscal nas controladas Vulcabraslazoleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabraslazoleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, foi de R\$ 0 em função de resultado negativo (R\$ 0 em 2010 em função de resultado negativo).

As controladas Vulcabraslazoleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabraslazoleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. possuem ainda incentivo para aplicação de parte do Imposto de renda a pagar, no Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR. Em 31 de dezembro de 2011 este incentivo atingiu o valor de R\$ 0 em ambas as controladas (R\$ 0 em ambas as controladas em 2010), registrado os efeitos em unidades de reais, diretamente no resultado das controladas, em Outros Resultados Operacionais.

c. Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.

A controlada Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é beneficiária de incentivo fiscal incondicional concedido pelo Governo do Estado do Ceará na modalidade PROVIN, o qual consiste no financiamento de 75% a 100% sobre a base incentivada do ICMS da Companhia, e PROAPI, o qual consiste no financiamento de 11% do valor FOB das exportações realizadas. Os recursos oriundos desses benefícios são reconhecidos no resultado como Deduções - Impostos sobre vendas das controladas mensalmente.

A controlada indireta Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é beneficiária do incentivo fiscal do Programa de Incentivos à Centrais de Distribuição de Mercadorias do Ceará - PCDM, o qual consistem uma redução de 60% do ICMS recolhido pela controlada entre novembro de 2006 e outubro de 2016 apurado sobre as saídas interestaduais de mercadorias.

As controladas Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. obtiveram incentivos fiscais de ICMS no montante

de R\$ 66.212 em 31 de dezembro de 2011 registrado diretamente no resultado do período (R\$ 101.333 em 2010). Os incentivos fiscais são classificados por valor e vencimento conforme segue:

- **PROVIN** - Programa de Incentivos ao Funcionamento de Empresas mediante operações do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará:

- **PROVIN calçados** - Refere-se ao incentivo fiscal como contrapartida de um programa, já realizado pela Companhia, de investimentos fixos e geração de empregos.

Por este programa a controlada Vulcabraslazeia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. recebe empréstimos do Banco Bradesco S.A. de 100% do ICMS recolhido no prazo legal, relativo à comercialização de calçados de produção própria. Tais empréstimos sofrem a incidência de TJLP e o prazo de vencimento é de 36 meses.

O pagamento pontual destes empréstimos enseja à controlada um desconto de 99% sobre o valor devido. O valor destes descontos - incentivos fiscais - não podem ser distribuídos e devem ser integralmente utilizados na controlada. A controlada reconhece tais descontos por ocasião da concessão do empréstimo, nos termos da legislação e de seus Termos de Acordos assinados, e os contabiliza diretamente no resultado em Deduções - Impostos sobre vendas.

Os contratos relativos a este programa têm como prazo final agosto de 2021.

O montante do benefício fiscal em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 50.860 registrado diretamente no resultado do período (R\$ 80.132 em 2010), a Administração entende que seus incentivos têm características de subvenção governamental e estão realizados, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07.

- **PROVIN confecções** - Programa semelhante ao anterior, concedido em julho de 2002 quando a controlada Vulcabraslazeia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. iniciou a produção de confecções. O valor dos empréstimos equivale a 75% do ICMS pago no prazo legal, relativo à comercialização de confecções de produção própria. O prazo dos financiamentos é de 36 meses e o desconto pelo pagamento pontual dos empréstimos é de 75%. Tais incentivos têm por base contratos cuja vigência vai até junho de 2022, sem alterações nas condições.

Aplicam-se a este incentivo as mesmas restrições de usos, encargos e regras de contabilização anteriormente detalhados. O montante em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 5.380 registrados diretamente no resultado do período (R\$ 9.434 em 2010), a Administração entende que seus incentivos têm características de subvenção governamental e estão realizados, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07.

- **PROAPI** - Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará: Por meio deste programa de incentivos às atividades de produção, a controlada Vulcabraslazoleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. recebe do Fundo de Desenvolvimento Industrial financiamento até 11% do valor FOB de suas exportações. Tais financiamentos são pelo prazo de 60 meses, com encargos de TJLP. No caso de pagamento pontual a controlada recebe um desconto de 90% do valor devido. Os contratos atuais prevêem a vigência destes incentivos até maio de 2013.

O montante do benefício fiscal em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 6.149, registrados diretamente no resultado do período (R\$ 4.482 em 2010), a Administração entende que seus incentivos têm características de subvenção governamental e estão realizados, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07.

- **PCDM** - Refere-se ao incentivo fiscal, através do qual a controlada indireta Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. obtém uma redução de 60% do ICMS sobre as saídas interestaduais de mercadorias, sendo dispensado do ICMS antecipado sobre as entradas interestaduais de mercadorias, deferimento na importação de mercadorias e bens para integrar o ativo imobilizado entre o período de novembro de 2006 e outubro de 2016. As importações beneficiadas foram àquelas relativas a tênis esportivos, componentes e partes de calçados, destinados a estabelecimentos próprios da controlada situados no Ceará. O montante do benefício fiscal em 31 de dezembro de 2011, registrados diretamente no resultado do período, foi de R\$ 3.823 (R\$ 4.774 em 2010), a Administração entende que seus incentivos têm características de subvenção governamental e estão realizados, conforme estabelecido pela Lei 11.638/07.

d. Vulcabraslazoleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas

A controlada Vulcabraslazoleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, que a considerou como de interesse para o desenvolvimento do Nordeste e, consequentemente, merecedora dos seguintes incentivos estaduais pelo Governo do Estado da Bahia:

- Crédito presumido do ICMS nas operações de saídas de calçados e seus componentes, produzidos na Bahia até o ano de 2017. O benefício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 71.864 (R\$ 97.342 em 2010), registrado a crédito da conta Deduções - Impostos sobre as vendas.
- Crédito fiscal de ICMS equivalente a 11% do valor FOB das operações de exportação de produtos fabricados na Bahia até o ano de 2017. O benefício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 2.429 (R\$ 4.479 em 2010), registrado a crédito da conta Deduções - Impostos sobre as vendas.

A controlada Vulcabraslazoleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. possui protocolo de intenções firmado com o Estado de Sergipe, que lhe garante, até o ano de 2020, os seguintes incentivos fiscais:

- Redução de 75% do ICMS apurado, representando no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 5.425 (R\$ 9.764 em 2010), carência para o pagamento do ICMS devido por 15 anos e parcelamento do débito pelo prazo de 15 anos,

reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas em Deduções - Impostos sobre vendas.

- Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, insumos, material secundário e de embalagem, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

A controlada indireta Reiziger Participações Ltda., empresa que teve suas atividades operacionais iniciadas em setembro de 2007, possui projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo do PROBAHIA e, consequentemente, merecedora dos seguintes incentivos estaduais pelo Governo do Estado da Bahia:

- Crédito presumido do ICMS nas operações de saídas de calçados e seus componentes, produzidos na Bahia até o ano de 2027. O benefício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 3.908 (R\$ 8.006 em 2010), registrado como Deduções - Impostos sobre as vendas.
- Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, insumos, material secundário e de embalagem, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

O montante dos incentivos fiscais estaduais, referentes ao ICMS foi registrado na conta de Deduções - Impostos sobre vendas para os incentivos, e na Despesa com IRPJ e CSLL para os incentivos fiscais, referentes ao IRPJ, reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial.

Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas	Montante do incentivo no consolidado	% Participação	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
			2011	2010
Vulcabraslazeia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	62.389	99,99	62.383	94.950
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	3.823	100,00	3.823	4.774
Vulcabraslazeia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	74.293	100,00	74.293	101.821
Vulcabraslazeia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	5.425	100,00	5.425	9.764
Reiziger Participações Ltda.	3.908	100,00	3.908	8.006
	<u>149.838</u>		<u>149.832</u>	<u>219.315</u>

31 Informação por segmento

As informações de vendas brutas no mercado externo e interno, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior, e podem ser assim apresentadas:

	Consolidado - IFRS	
	2011	2010
Vendas brutas mercado externo e interno a partir de:		
Brasil	1.594.484	2.090.409
Argentina	216.511	174.057
Outros países	53.083	80.993
Total	<u>1.864.078</u>	<u>2.345.459</u>

Os ativos não circulantes de cada segmento geográfico estão demonstrados a seguir:

	Consolidado - IFRS	
	2011	2010
Ativos não circulantes mercado externo e interno a partir de:		
Brasil	647.461	619.666
Argentina	54.030	46.225
Outros países	4.198	5.259
Total	<u>705.689</u>	<u>671.150</u>

Vulcabraslazeia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado diferente)

Composição do Conselho de Administração

Pedro Grendene Bartelle - Presidente
Alexandre Grendene Bartelle - Vice presidente
Milton Cardoso dos Santos Filho - 2º Vice presidente
Hector Nunez - Conselheiro
Roberto Faldini - Conselheiro independente

Composição da Diretoria

Milton Cardoso dos Santos Filho - Presidente
Ademir Anildo Dreger - Diretor de Tecnologia
Edivaldo Rogério de Brito - Diretor Administrativo e Financeiro
Eduardo Pereira Lara - Diretor de Operações
Flávio de Carvalho Bento - Diretor Industrial
Marco Antonio Sá Martins - Diretor de Operações - Argentina
Pedro Bartelle - Diretor de Marketing

Diretor de Relações com Investidores

Edivaldo Rogério de Brito

Responsável técnico

Manoel Damião da Silveira Neto
Contador CRC 1RJ052266/O-2 “S”-SP